



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO ESPECIAL Nº 1935220 - SP (2021/0126424-5)

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**RECORRENTE** : MACK COLOR ETIQUETAS ADESIVAS LTDA  
**RECORRENTE** : MACK COLOR LICENCIAMENTOS - EIRELI  
**RECORRENTE** : MACK COLOR GRAFICA LTDA  
**RECORRENTE** : ROSELI LOMELE ROSSI  
**RECORRENTE** : MARCOS ANTONIO ROSSI  
**ADVOGADOS** : LUIZ GUILHERME GOMES PRIMOS - SP118747  
SABRINA DO NASCIMENTO E OUTRO(S) - SP237398  
**RECORRIDO** : LOBO & DE RIZZO SOCIEDADE DE ADVOGADOS  
**ADVOGADOS** : LUIS FERNANDO GUERRERO E OUTRO(S) - SP237358  
HUGO TUBONE YAMASHITA - SP300097  
TIAGO ÂNGELO DE LIMA - SP315459  
LAURA SANTOS MAIA VINAGRE MOCARZEL - SP444562  
**INTERES.** : LOMERO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA  
**ADVOGADO** : LUIZ GUILHERME GOMES PRIMOS E OUTRO(S) - SP118747

### DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por MACK COLOR ETIQUETAS ADESIVAS LTDA., com pedido liminar de atribuição de efeito suspensivo (fl. 256), contra acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

Alega a parte recorrente que, "em plena crise decorrente da epidemia de COVID-19, as recorridas estão diante de constrição patrimonial/financeira injusta e descabida, porque colide frontalmente com a legislação que rege a matéria tratada neste recurso e precedentes deste Nobre Colegiado e douto Ministro" (fl. 366).

É, no essencial, o relatório. Decido.

De acordo com o art. 300 do CPC, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. Em análise preliminar, não está configurado o *periculum in mora*.

A parte recorrente não comprovou o risco de dano irreparável ou de difícil reparação, pois apenas fez o pedido de liminar de concessão de efeito suspensivo apenas com argumentos genéricos, sem especificação ou individualização do caso concreto.

Dessa forma, não houve a demonstração de como o possível erro no julgamento proferido pelo Tribunal de origem reclamaria intervenção urgente, a fim de se evitar "dano grave, de difícil ou impossível reparação" (AgInt no TP n. 851/RJ, relator Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe de 28/5/2018).

Ante o exposto, indefiro o pedido de efeito suspensivo ao recurso especial sem prejuízo do ulterior juízo de admissibilidade do recurso pelo ministro relator, a quem deve ser encaminhado o processo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente